

# *Ata da 12ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

*em 06 de maio de 2011.*

**Presidência do Senhor** Deputado Carlos Ubaldino (3º Vice-Presidente). À hora marcada, o Senhor Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão, proposta pelos Deputados Luiza Maia e Luizinho Sobral, com a finalidade de discutir a **concessão do Sistema de Rodovia BA-093, trechos BA-512, BA-521, BA-524, BA-526, BA-535 e do Sistema de Rodovia BA-099**. Compuseram a Mesa dos trabalhos: os Deputados Luiza Maia, Luizinho Sobral e Maria Luiza Laudano; o Chefe de Gabinete da Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra), Marcos Cavalcante; o representante da Reitoria da UFBA, Luiz Edmundo Campos; o representante da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações (Agerba), Eduardo Pessoa; o Superintendente de Operações de Transportes da Bahia Norte, Francisco Mendes; os representantes do Movimento Pedágio Livre, Kadja Grimaldi e José Raimundo Santos; os representantes do Fórum Popular contra o Pedágio, Alan Silva e Fábio Pereira; e o representante do Movimento Diga Não ao Pedágio, Alan Barbosa. O Deputado Luizinho Sobral disse que a privatização das estradas no Estado passou a ser um tema recorrente, sobretudo na Região Metropolitana e em Camaçari, salientando que aquela situação gerava muitas discussões, principalmente com relação à bitributação que estava “aviltando” a população. Discorreu sobre a situação do pedágio na BA-093, comprometendo-se a procurar alternativas junto às concessionárias e ao Governo do Estado, visando minorar os problemas gerados para as comunidades do entorno das praças. A Deputada Luiza Maia destacou que há onze anos vem lutando contra os pedágios; entretanto, perdeu a batalha, pois os pedágios tornaram-se realidade. Argumentou que os pedágios não podiam ser removidos, mas poderiam buscar um consenso de alternativas para proporcionar a boa convivência com eles e reduzir os impactos negativos para as comunidades que vivem no entorno das praças de cobrança. Nesse sentido, informou que a Concessionária Litoral Norte (CLN) decidiu não mudar a praça de pedágio da Estrada do Coco e que a Bahia Norte chegou ao consenso de isentar da cobrança a comunidade de Pitanga de Palmares, que vive no entorno da praça de pedágio. Informou, ainda, que conseguiu a isenção da cobrança do pedágio para os moto-taxistas e estava solicitando a isenção para os feirantes de Camaçari. Mostrou-se preocupada com a situação da Via Parafuso, na qual a praça foi construída no local onde funcionava o Posto Policial, apelando para a reativação daquele posto. Em tempo, registrou as

proposições que apresentou na Casa, visando estabelecer a carta-horária e o desconto no IPVA, bem como a que iria apresentar, visando equiparar os preços da CLN com os da Bahia Norte. A Deputada Maria Luiza Laudano, em defesa do direito de ir e vir da comunidade de Pojuca, tratou sobre as praças de pedágio de Mata de São João e de Simões Filho, que estavam onerando os transeuntes, mostrando-se preocupada com a situação dos estudantes e com o repasse dos custos para os consumidores. Sugeriu a redução da tarifa, equiparando-a à da BR-324 e conclamou a todos para se irmanarem em defesa e em benefício do povo, comprometendo-se a buscar o apoio do Governador Jaques Wagner. O Deputado Carlos Geilson, afirmando que não estava irmanado com quem massacrava o povo, deixou protesto, indignação e insatisfação ao Governo Wagner, por “não ser republicano” e cometer práticas mais nocivas do que os governos do passado, a exemplo de ter ilhado a Capital baiana, pedagiando as estradas que lhe dão acesso. Lamentou que a Bahia fosse o único Estado do Nordeste com estradas pedagiadas, além de ter as tarifas mais altas do País, citando os últimos estudos. Discorreu, ainda, sobre os problemas da BR-116 Sul e BR-324. O Deputado Bruno Reis abordou alguns aspectos técnicos sobre a forma como estavam sendo implantados os pedágios na Bahia (implantação sem melhoramento, preço contraditório com a extensão do trecho, proximidade das praças). Censurou a inexistência de vias alternativas e questionou os discursos do PT, que diferiam daqueles do passado. Comentou, ainda, sobre as proposições da Deputada Luiza Maia. O Deputado Zé Neto, afirmando preferir os reclamos da sociedade do que “a mordaza que foi imposta ao povo por 40 anos”, lamentou que a tribuna da Casa fosse usada para fazer críticas como se a história da Bahia tivesse começado “ontem”. Disse que o PT sempre lutou contra as privatizações, todavia, o Governo Lula já encontrou o pedágio como uma política de Estado, e agora precisava buscar os caminhos para na “estrada tortuosa” poder encontrar saídas e melhores dias para a sociedade. O Senhor Alan Barbosa apresentou a posição do Movimento Diga Não aos Pedágios sobre as praças de cobrança da Região Metropolitana de Salvador, argumentando que a discussão com as comunidades deveria ter acontecido antes da implantação daquelas. Criticou o Governo do Estado por entregar a estrada que foi construída com o dinheiro do povo para a concessionária cobrar-lhe tarifa e por não ter construído vias alternativas. O Senhor Marcos Cavalcante destacou a satisfação de estar nesta Casa, na qual tem uma história familiar e profissional. Em nome da Seinfra, esclareceu sobre a implantação e a administração dos pedágios nos Sistemas BA-093 e BA-099, tecendo considerações sobre os pontos que foram suscitados pelos oradores que o antecederam. Nesse sentido, asseverou: o pedágio é uma tarifa, não se trata de tributo; a praça de pedágio da Estrada do Coco, situada em Vila de Abrantes, não seria transferida para o trecho que liga Camaçari a Lauro de Freitas; quem pagar a tarifa na Via Parafuso será liberado de nova

cobrança na rodovia CIA-Aeroporto e vice-versa; o Governo do Estado isentou os moto-taxistas da cobrança do pedágio na Via Parafuso e estava estudando uma forma para reduzir o valor da tarifa cobrada na rodovia BA-099 pela CLN, tema que seria discutido pela comunidade antes da implantação. Elogiou o Governador Wagner por ter tido coragem de implantar praça de pedágio em ano eleitoral. Em tempo, disse que não podia esclarecer sobre os problemas da BR - 116 e da BR - 324 por se tratar de concessões federais. Por fim, colocou a Seinfra à disposição para esclarecer as dúvidas. O Senhor Eduardo Pessoa externou a posição técnica da Agerba sobre os pedágios, esclarecendo que cabia à Agência Reguladora a fiscalização e a regulamentação dos serviços prestados pelas concessionárias para que não houvesse descumprimento dos contratos, o que estava sendo feito de forma isenta. Noticiou que a Agerba estava procurando aperfeiçoar o sistema para que nenhum cidadão saísse prejudicado e o Governo pudesse devolver “ao povo o que ele tem direito e merece – bons serviços, boas estradas”. Concluiu, disponibilizando a Agerba, através da Ouvidoria e da Diretoria, para dirimir as dúvidas. O Senhor Maurício Bacelar falou da importância daquele dia para registrar nos Anais da Casa a maneira “aviltante” do Governo do Estado tratar a Região Metropolitana, em especial o Município de Camaçari, “vetor de desenvolvimento daquela região”, que estava sitiado pelo sistema BA-093. Criticou o modelo “perverso” de implantação de pedágio adotado pelo PT, por permitir o funcionamento das praças sem que fossem feitas as melhorias. O Deputado Bira Corôa, com relação aos pedágios, ratificou posição contrária às privatizações, opinião que mantinha há 11 anos quando da implantação do primeiro pedágio em Camaçari. Louvou o trabalho dos movimentos sociais e o posicionamento do Governo Wagner que, diferentemente do Governo passado, não iludiu a sociedade acerca da defesa dos pedágios para a melhoria das estradas. Criticou a forma “desrespeitosa” de a Bahia Norte conduzir a implantação das praças de pedágios, citando a forma como iniciou as obras da praça na Via Parafuso e demais trechos da BA-093. Registrou que, visando minimizar os impactos negativos para as comunidades do entorno das praças, apresentou dois projetos na Casa: um, objetivando isentar aquelas comunidades do pagamento e outro, objetivando garantir as vias alternativas. O Senhor Francisco Mendes esclareceu sobre o sistema de concessão de rodovias, afirmando que estava presente no mundo inteiro, em países socialistas, capitalistas, ricos e pobres, que privatizaram as rodovias por ser muito caro mantê-las em boas condições. Discorreu sobre o modelo adotado no Brasil, que não contempla a construção de via alternativa pela concessionária. Assinalou que à concessionária cabia a responsabilidade de manutenção e recuperação dos trechos pedagiados. O Senhor Fábio Pereira externou o posicionamento do Fórum Popular contra o Pedágio, lembrando a luta para a não implantação do pedágio no Sistema BA-099. Registrou satisfação pela decisão da não construção da praça de pedágio em

Catu de Abrantes e pediu a Casa para apoiar as iniciativas da Deputada Luiza Maia. A Senhora Presidenta, Deputada Luiza Maia, após avaliar o evento como positivo, agradeceu a presença de todos e encerrou a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –